



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO/DG Nº 10, DE 07 DE ABRIL DE 2010

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**, no uso das atribuições que lhe conferem o art.124, inciso V, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 10 de 31 de janeiro de 2007, do conselho de Administração, publicado no Diário Oficial da União, do dia 26 de fevereiro de 2007.

**CONSIDERANDO** a necessidade presente da Administração Pública em padronizar os procedimentos de Transferência Obrigatória de Recursos aos Termos de Compromisso;

**CONSIDERANDO** o Ofício nº 28807/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 10 de setembro de 2009, da Controladoria Geral da União;

E, com base na Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007 e nos Decretos que discriminam as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a serem executadas por meio de transferências obrigatórias.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Expedir a presente Instrução de Serviço-IS, com o objetivo de determinar as Diretorias Setoriais que observem os seguintes procedimentos de transferência obrigatória de recursos, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT:

I – A Diretoria Setorial responsável pela gestão do Termo de Compromisso deverá instruir os processos de transferência obrigatória de recursos, com as seguintes documentações:

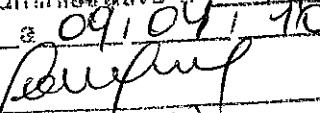
- a) Cópia do Termo de Compromisso e dos Decretos que discriminam as ações do PAC a serem executadas por meio de transferências obrigatórias;
- b) O Último Plano de Trabalho aprovado, contendo data e assinatura com identificação dos responsáveis;
- c) Licença Ambiental Prévia ou de Instalação emitida pelo devido órgão licenciador, quando o convênio envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, na forma disciplinada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente o CONAMA, dentro do prazo de validade , sendo necessária avaliação pela área técnica deste Departamento quanto à Competência do órgão expedidor;

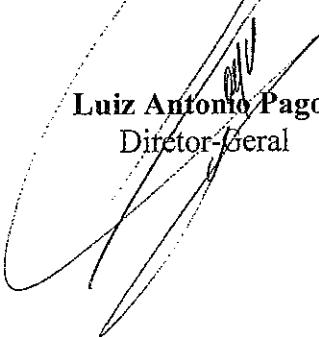
- d) Despacho informando que o objeto do Termo de Compromisso, não consta na relação de obras com irregularidades graves pelo Tribunal de Contas da União;
- e) Instrução no processo informando sobre o acompanhamento físico-financeiro demonstrando o cumprimento das etapas ou fases de execução correspondentes às parcelas dos recursos recebidos, guardando consonância com as metas e fases ou etapas previstas no Termo de Compromisso ou Plano de Trabalho (Cronograma Físico);
- f) Comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada que, se financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do termo em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, ou depositada na Conta Única do Tesouro Nacional, na hipótese do convênio ou contrato de repasse ser executado por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI;
- g) Instrução de Pagamento (IPG), devidamente preenchida e contendo assinatura e identificação dos responsáveis pela liberação de recurso; devendo observar que o campo favorecido deverá conter os dados do responsável pela execução financeira do conveniente (o mesmo titular do domicílio bancário da conta específica);
- h) Quando se tratar de liberação da 1ª parcela o processo deverá ser instruído contendo informação se o Termo de Compromisso foi analisado pela Auditoria Interna/DNIT (conforme Portaria nº 916/DG/DNIT, de 13/08/2008);
- i) Despachos autorizativos, emitidos pelos agentes públicos competentes, contendo todas as informações necessárias à transferência obrigatória de recursos.

**Art. 2º** - A Coordenação de Contabilidade deverá verificar se a documentação acima relacionada consta no processo de transferência obrigatória de recursos, antes da liquidação da despesa.

**Art. 3º** - A Coordenação de Contabilidade fará constar a Programação de Pagamento devidamente assinada e identificada pelo Ordenador de Despesa e Gestor Financeiro deste Departamento.

**Art. 4º** - Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado no  
Boletim Administrativo nº 074  
de 05 a 09/04/10  
  
Carlos Augusto da Mota Gomes  
Matr. DNIT nº 0185-6

  
Luiz Antonio Pagot  
Diretor-Geral